



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE PINHEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

AYRTON CESAR DOS SANTOS

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E AUTOPROVOCADA ENTRE MULHERES NO
MARANHÃO: análise espacial de 2020 a 2024

PINHEIRO-MA
2025

AYRTON CESAR DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E AUTOPROVOCADA ENTRE MULHERES NO
MARANHÃO: análise espacial de 2020 a 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão, campus Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Dra. Vanessa Moreira da Silva Soeiro

**PINHEIRO-MA
2025**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Ayrton Cesar dos.

Violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres
no Maranhão: análise espacial de 2020 a 2024 / Ayrton
Cesar dos Santos. - 2025.

45 p.

Orientador(a): Vanessa Moreira da Silva Soeiro.

Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Maranhão,
Pinheiro Ma, 2025.

1. Violência Contra A Mulher. 2. Análise Espacial. 3.
Vigilância Epidemiológica. 4. Saúde Pública. 5.
Maranhão. I. Silva Soeiro, Vanessa Moreira da. II.
Título.

**VIOLÊNCIA INTERPESSOAL E AUTOPROVOCADA ENTRE MULHERES NO
MARANHÃO: análise espacial de 2020 a 2024**

AYRTON CESAR DOS SANTOS

Trabalho de conclusão de curso aprovado em ____ de novembro de 2025 pela banca
examinadora constituída pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanessa Moreira da Silva Soeiro - Orientadora
Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dra. Elisa Miranda Costa – 1ª Avaliadora
Doutora em Saúde Coletiva

Profa. Dra. Ingrid de Campos Albuquerque – 2ª Avaliadora
Doutora em Saúde Coletiva

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso representa o encerramento de uma etapa significativa, marcada por desafios, aprendizados e conquistas que só foram possíveis graças ao apoio e incentivo de pessoas especiais que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde, sabedoria e perseverança para enfrentar as dificuldades e seguir com determinação até a realização deste objetivo.

À minha mãe, Janete Virgem dos Santos, expresso minha profunda gratidão pelo amor incondicional, pela dedicação constante e por ser exemplo de força e coragem. À minha esposa, Jasminy Rayara Ramalheira de Andrade dos Santos, agradeço a compreensão, paciência e apoio inabalável, que foram fundamentais para que eu alcançasse esta conquista.

Aos meus professores e orientadores, manifesto meu sincero reconhecimento pelo conhecimento compartilhado e pelas contribuições que enriqueceram esta trajetória acadêmica. Em especial, agradeço à professora Dra. Vanessa Moreira da Silva Soeiro, cuja dedicação, competência e orientação atenta foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho, além de inspiração para meu crescimento na área da epidemiologia.

Aos colegas e amigos Luan Wagner Barros Ribeiro, Edison Costa Neto, Nicolas Eduardo Machado Silva, Keule Pimenta Teixeira e João Lucas Araujo Candeira, deixo meu agradecimento pelo companheirismo, apoio e pelas trocas que tornaram essa caminhada mais leve e enriquecedora.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. A cada um, registro minha sincera e eterna gratidão.

RESUMO

Introdução: A violência interpessoal e autoprovoçada entre mulheres constitui um grave problema de saúde pública, refletindo desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, além de fragilidades nas políticas de proteção e redes de apoio. No Brasil, apesar dos avanços normativos, como a Lei Maria da Penha, os índices permanecem elevados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde fatores socioeconômicos, culturais e territoriais intensificam a vulnerabilidade feminina. No Maranhão, o cenário é preocupante, com aumento expressivo das notificações de violência nos últimos anos, tornando necessária a análise espacial para subsidiar políticas públicas mais direcionadas e eficazes. **Objetivo:** Analisar a distribuição espacial da violência interpessoal e autoprovoçada entre mulheres no estado do Maranhão, no período de 2020 a 2024. **Metodologia:** Estudo ecológico, realizado a partir das notificações de violência interpessoal e autoprovoçada contra mulheres registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2020 e 2024. As unidades de análise foram os 217 municípios e as três macrorregiões de saúde do estado. As variáveis incluíram faixa etária, escolaridade, raça/cor, tipo de violência, meio de agressão, local de ocorrência, vínculo com o agressor e uso de álcool. As taxas de incidência foram calculadas por 100 mil mulheres, utilizando estimativas populacionais do IBGE. Os dados foram organizados e tabulados no Microsoft Excel®, analisados no software Stata®, versão 14, e georreferenciados no QGIS, versão 3.22.3, utilizando a malha cartográfica oficial do IBGE. **Resultados:** Entre 2020 e 2024, foram notificados 17.001 casos de violência interpessoal e autoprovoçada entre mulheres no Maranhão, correspondendo a uma incidência média de 95,95 casos por 100 mil habitantes. As vítimas foram, predominantemente, mulheres de 20 a 59 anos (56,38%), pardas (75,8%) e com ensino fundamental incompleto (29,98%). A violência física foi a mais frequente (54,36%), seguida da sexual (25,02%) e psicológica/moral (23,88%), ocorrendo majoritariamente no domicílio (72,5%), tendo o cônjuge ou ex-cônjuge como principal agressor (23,41%) e o uso de álcool relatado em 27,26% dos casos. Houve distribuição heterogênea, com maior concentração nas macrorregiões Norte e Sul, destacando-se os municípios de Barra do Corda, Presidente Dutra e Açailândia, com incidências superiores a 400 casos por 100 mil mulheres. **Conclusão:** A violência contra as mulheres no Maranhão apresentou crescimento progressivo e distribuição territorial desigual, refletindo vulnerabilidades históricas e sociais. A análise espacial mostrou-se uma ferramenta essencial para identificar áreas prioritárias e orientar políticas públicas de prevenção, proteção e enfrentamento da violência de gênero, reforçando a necessidade de ações intersetoriais entre saúde, assistência social, segurança e justiça.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Análise espacial; Vigilância epidemiológica; Saúde pública; Maranhão.

ABSTRACT

Introduction: Interpersonal and self-inflicted violence among women constitutes a serious public health problem, reflecting structural inequalities of gender, race, and class, as well as weaknesses in protection policies and support networks. In Brazil, despite normative advances such as the Maria da Penha Law, rates remain high, especially in the North and Northeast regions, where socioeconomic, cultural, and territorial factors intensify female vulnerability. In Maranhão, the scenario is worrying, with a significant increase in reports of violence in recent years, making spatial analysis necessary to support more targeted and effective public policies.

Objective: To analyze the spatial distribution of interpersonal and self-inflicted violence among women in the state of Maranhão, from 2020 to 2024. **Methodology:** An ecological study was conducted using notifications of interpersonal and self-inflicted violence against women registered in the Notifiable Diseases Information System (SINAN) between 2020 and 2024. The units of analysis were the 217 municipalities and the three macro-regions of health in the state. The variables included age group, education level, race/color, type of violence, means of aggression, location of occurrence, relationship with the aggressor, and alcohol use. Incidence rates were calculated per 100,000 women, using population estimates from the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics). The data were organized and tabulated in Microsoft Excel®, analyzed using Stata® software, version 14, and georeferenced in QGIS, version 3.22.3, using the official IBGE cartographic grid. **Results:** Between 2020 and 2024, 17,001 cases of interpersonal and self-inflicted violence among women were reported in Maranhão, corresponding to an average incidence of 95.95 cases per 100,000 inhabitants. The victims were predominantly women aged 20 to 59 (56.38%), of mixed race (75.8%), and with incomplete primary education (29.98%). Physical violence was the most frequent (54.36%), followed by sexual (25.02%) and psychological/moral (23.88%) violence, occurring mostly in the home (72.5%), with the spouse or ex-spouse as the main aggressor (23.41%), and alcohol use reported in 27.26% of cases. There was a heterogeneous distribution, with a higher concentration in the North and South macro-regions, particularly in the municipalities of Barra do Corda, Presidente Dutra, and Açailândia, with incidences exceeding 400 cases per 100,000 women. **Conclusion:** Violence against women in Maranhão showed progressive growth and unequal territorial distribution, reflecting historical and social vulnerabilities. Spatial analysis proved to be an essential tool for identifying priority areas and guiding public policies for the prevention, protection, and combating of gender-based violence, reinforcing the need for intersectoral actions between health, social assistance, security, and justice.

Keywords: Violence against women; Spatial analysis; Epidemiological surveillance; Public health; Maranhão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. JUSTIFICATIVA	9
3. REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1. Fundamentos da violência contra a mulher no Brasil	10
3.2. Interfaces entre violência interpessoal e autoprovocada	11
3.3. Perfil sociodemográfico e fatores de vulnerabilidade	12
3.4. A dimensão espacial da violência contra mulheres	12
3.5. O contexto do Maranhão: padrões regionais e vulnerabilidades	13
4. OBJETIVOS	15
4.1 Geral	15
4.2 Específico	15
5. METODOLOGIA	16
6. RESULTADOS	19
7. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXO 1 - NORMAS DA DESAFIOS - REVISTA INTERDISCIPLINAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	38

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui um grave problema de saúde pública e uma das mais persistentes violações dos direitos humanos. Dados globais estimam que 27% das mulheres entre 15 e 49 anos já sofreram violência física ou sexual, ou ambas, praticadas por parceiros íntimos, com início ainda na adolescência (Sardinha et al., 2022). No Brasil, a Lei nº 11.340/2006 estabelece mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, caracterizando-a como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006).

Entre as formas de violência previstas na legislação brasileira estão a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Brasil, 2006). A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, instituída em 2011, destaca que a violência atinge mulheres de todas as classes, raças e idades, sendo cometida majoritariamente por parceiros íntimos e dentro da residência das vítimas. A coleta e sistematização de dados nacionais sobre esse tipo de violência são consideradas fundamentais para o planejamento de políticas públicas de proteção (Brasil, 2011).

No Nordeste do Brasil, a tendência temporal dos casos de violência contra mulheres indica crescimento contínuo entre 2009 e 2018. O estado do Maranhão apresentou a maior Variação Percentual Anual no período analisado, com aumento médio de 40,21% nas notificações. Entre os casos notificados, observa-se prevalência de mulheres pardas, vítimas de violência física, com o cônjuge como principal agressor, sendo a residência o local predominante dos eventos (Sousa et al., 2022).

No município de São Luís (MA), entre 2014 e 2018, 5% dos bairros concentraram 43,1% dos crimes violentos não letais e 83,3% dos letais, indicando padrões de distribuição espacial que demandam políticas públicas específicas para áreas de maior risco (Masullo et al., 2020). A literatura aponta que a análise espacial é uma ferramenta eficaz para identificar zonas de concentração e orientar estratégias de prevenção (Massulo et al., 2020).

A análise de casos notificados em outras regiões do país confirma que a maior parte das vítimas são mulheres negras, de baixa escolaridade, residentes em áreas urbanas, e que os agressores são, em sua maioria, homens adultos com suspeita de uso de álcool (Leite et al., 2023). Além disso, a reincidência da violência é comum e associada à convivência com o agressor (Leite et al., 2023). Diante desse panorama, o objetivou-se investigar a distribuição

especial da violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão no período de 2020 a 2024.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender a distribuição espacial da violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão, especialmente entre os anos de 2020 a 2024. Esse recorte temporal é estratégico, pois engloba o período da pandemia de COVID-19, um marco que agravou diversas formas de violência contra a mulher no Brasil. O isolamento social, a sobrecarga de tarefas domésticas, a perda de renda e a convivência forçada com agressores resultaram em um aumento expressivo de casos de violência doméstica e autoprovocada, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade.

Escolher o Maranhão como objeto de estudo é pertinente devido ao seu histórico de desigualdade social, baixos indicadores de desenvolvimento humano e recorrentes registros de violência contra a mulher. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o estado apresenta um dos menores IDHs do país, condição que potencializa a vulnerabilidade das mulheres às violências física, psicológica, sexual e moral. Além disso, o Maranhão tem se destacado negativamente em estudos que apontam o crescimento da violência de gênero no Nordeste, apresentando, em determinados períodos, a maior taxa de variação anual nas notificações de violência.

Compreender a distribuição geográfica e os perfis sociodemográficos dessa violência nos últimos cinco anos é fundamental para identificar e analisar os grupos populacionais mais vulneráveis. A análise espacial permite mapear os focos de maior incidência e os fatores associados, possibilitando intervenções direcionadas e mais eficazes. Além disso, investigar a violência autoprovocada muitas vezes relacionada a sofrimento psíquico e à ausência de redes de apoio amplia a compreensão sobre as múltiplas dimensões da violência enfrentada pelas mulheres no estado.

Este estudo intenta contribuir para a geração de conhecimento específico que possa embasar políticas públicas e ações preventivas adequadas à realidade maranhense. Ao identificar os territórios e perfis com maior risco, a pesquisa apoiará o desenvolvimento de estratégias integradas de proteção, promoção da saúde e empoderamento feminino, fortalecendo a resposta social diante desse grave problema de saúde pública.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Fundamentos da violência contra a mulher no Brasil

A violência de gênero é compreendida como uma forma de opressão sistemática resultante de uma construção social que estabelece relações de poder desiguais entre homens e mulheres. De acordo com Pertille e Braz, (2024), o conceito de gênero ultrapassa a mera distinção biológica entre os sexos, configurando-se como uma construção cultural que impõe papéis e normas comportamentais. A violência de gênero, portanto, emerge quando tais estruturas simbólicas são instrumentalizadas para legitimar a dominação masculina. No contexto brasileiro, a consolidação do debate público sobre essa violência teve maior visibilidade a partir dos anos 1980, impulsionada por movimentos feministas que denunciaram a impunidade de crimes cometidos no âmbito doméstico e conjugal (Reis; Veloso, 2023).

A literatura classifica a violência contra a mulher de forma ampla, englobando modalidades interpessoais como agressões físicas, sexuais, morais e psicológicas e autoprovocadas, como as tentativas de suicídio e autolesões. Alves et al. (2020) destacam que, embora a violência física seja a mais visível, as formas invisíveis como o abuso emocional e o controle psicológico têm efeitos devastadores e muitas vezes são subnotificadas. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), já reconhece o suicídio como um grave problema de saúde pública, frequentemente relacionado a contextos de violência prévia. Assim, a inter-relação entre violência interpessoal e comportamentos autoprovocados revela um ciclo de sofrimento que precisa ser compreendido em sua complexidade.

Quanto aos dados nacionais, os índices continuam alarmantes. O Brasil apresenta uma das maiores taxas de feminicídio da América Latina, e a pandemia da COVID-19 acentuou os registros de violência doméstica, com aumentos significativos nas denúncias (Reis; Veloso, 2023). Em resposta a essa realidade, o país consolidou a Lei nº 11.340/2006 — a Lei Maria da Penha — como marco normativo para proteção das mulheres. Essa legislação reconhece diferentes tipos de violência (física, sexual, moral, patrimonial e psicológica) e institui medidas protetivas urgentes. Recentemente, o chamado “Pacote Antifeminicídio” (Lei nº 14.994/2024) foi aprovado com o intuito de ampliar as sanções e fortalecer os mecanismos institucionais de combate à violência (Bezerra; Leite, 2025). Ainda assim, a literatura evidencia que os desafios para a efetiva aplicabilidade das normas permanecem diante da estrutura estatal limitada e do machismo institucionalizado.

3.2. Interfaces entre violência interpessoal e autoprovocada

A relação entre a violência interpessoal sofrida e o desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos tem sido amplamente evidenciada na literatura. A violência de gênero, em especial aquela perpetrada no ambiente doméstico e por parceiros íntimos, gera impactos profundos na saúde mental das mulheres, frequentemente levando a quadros de depressão, ansiedade, distúrbios de sono e transtornos de estresse pós-traumático, os quais são fatores de risco conhecidos para comportamentos suicidas e autolesivos (Leite et al., 2023a; Carvalho Filho et al, 2024).

Segundo Leite et al., (2023a), a violência psicológica foi a forma mais frequentemente reportada por mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), afetando 25,3% das participantes, condição que aumenta a vulnerabilidade a comportamentos autodestrutivos. De acordo com Bezerra et al. (2024), a mortalidade por violência autoprovocada entre mulheres em idade fértil apresenta uma tendência crescente, sendo fortemente influenciada por fatores sociais e estruturais, como desigualdade de gênero, histórico de violência e falta de suporte social.

Evidências apontam que tentativas de suicídio são mais prevalentes entre mulheres que foram vítimas de múltiplas formas de violência. No Maranhão, estudo de Fonsêca et al. (2022) revelou que 47,9% dos casos de violência autoprovocada em mulheres ocorreram em associação com episódios prévios de violência física, muitas vezes no ambiente doméstico. Complementarmente, dados do Paraná demonstram que a residência foi o local predominante tanto para violência interpessoal quanto para comportamentos autoprovocados (Silva; Marques; Wanzinack, 2023), ressaltando o papel do contexto familiar como espaço de maior vulnerabilidade.

A análise de Carvalho Filho et al., (2024) ainda destaca que a violência autoprovocada, embora menos prevalente nos registros, está associada a fatores contextuais como reincidência de agressões, baixa escolaridade e ausência de suporte adequado. Assim, a integração entre serviços de saúde mental e programas de enfrentamento à violência de gênero é fundamental para prevenir a progressão da violência sofrida para comportamentos autodestrutivos.

3.3. Perfil sociodemográfico e fatores de vulnerabilidade

A análise do perfil sociodemográfico das mulheres vítimas de violência revela a confluência de diversos fatores individuais e sociais que potencializam sua vulnerabilidade. Segundo Duffrayer et al., (2021), a maioria das vítimas notificadas no Rio de Janeiro entre 2008 e 2017 era composta por mulheres jovens (20 a 29 anos), de etnia parda, com ensino médio completo. Estudos realizados no Ceará durante a pandemia da COVID-19 também apontam que mulheres em idade reprodutiva, negras e com baixa escolaridade foram as mais acometidas pela violência física (Coelho et al., 2022).

De acordo com Moraes-Gonçalves et al., (2018), fatores como desemprego, dependência econômica, baixa escolaridade e estado civil (especialmente casadas ou em união estável) estão diretamente relacionados à reincidência e ao agravamento da violência doméstica, demonstrando a importância de considerar as condições sociais e econômicas das vítimas na formulação de estratégias de enfrentamento.

A perspectiva interseccional é fundamental para compreender como gênero, raça, classe e território interagem na produção de vulnerabilidades. De acordo com Pontes, Santos e Nunes, (2024), a interseccionalidade entre gênero, raça e classe é indispensável para entender como mulheres negras e pobres são historicamente invisibilizadas e sobre-representadas nas estatísticas de violência e encarceramento.

Cisne et al. (2021) destacam que as mulheres negras no Brasil ocupam a base da pirâmide social e enfrentam, além do racismo estrutural, as opressões de gênero e classe, sendo alvo de violências que perpetuam padrões coloniais de exploração. Além disso, a literatura enfatiza que mulheres indígenas, quilombolas e rurais enfrentam vulnerabilidades agravadas devido ao isolamento geográfico, à precariedade dos serviços públicos e à persistência de práticas discriminatórias (Cisbe et al., 2021; Duffrayer et al., 2021). Portanto, as condições socioeconômicas funcionam como determinantes centrais da violência, ao limitar as possibilidades de autonomia e proteção das mulheres em maior situação de risco.

3.4. A dimensão espacial da violência contra mulheres

A análise espacial tem se mostrado uma ferramenta relevante no campo da saúde pública, especialmente para compreender padrões territoriais de doenças e agravos, incluindo a violência de gênero. De acordo com Queiroz et al. (2018), o uso de Sistemas de Informações

Geográficas (SIG) permite mapear e monitorar a distribuição espacial dos casos de violência contra mulheres, subsidiando o planejamento e a avaliação de políticas públicas.

Técnicas como mapas temáticos, análise de densidade kernel e o índice de Moran são aplicadas para identificar áreas de maior risco, possibilitando intervenções mais precisas e eficazes. Segundo Bonamigo, Carvalho e Cubas, (2024), a abordagem territorial da violência de gênero é fundamental, uma vez que o fenômeno é fortemente influenciado por fatores contextuais e estruturais, como desigualdades sociais e concentração de pobreza.

Estudos aplicando análise geoespacial à violência contra mulheres no Brasil evidenciam sua utilidade prática. Em Sobral (CE), a georreferenciação dos casos permitiu identificar bairros mais vulneráveis, caracterizados por menores condições socioeconômicas e maior concentração de violência psicológica e física (Queiroz et al., 2018). A literatura aponta que o geoprocessamento contribui para um olhar ampliado sobre os determinantes sociais da violência, reforçando a necessidade de políticas públicas territorializadas (Alves et al., 2024).

Além disso, a articulação entre ferramentas computacionais e dados de saúde tem potencial para fortalecer a vigilância epidemiológica e promover uma atuação mais integrada entre os serviços de saúde, segurança e assistência social (Mota et al., 2024). Esses avanços reforçam o papel da análise espacial como aliada estratégica no enfrentamento da violência de gênero.

3.5. O contexto do Maranhão: padrões regionais e vulnerabilidades

O panorama social e de saúde das mulheres no Maranhão reflete um cenário de desigualdades que impactam diretamente sua vulnerabilidade à violência. Segundo Vieira et al. (2021), a maior parte das mortes por agressão no estado, entre 2012 e 2018, ocorreu entre mulheres jovens (20 a 39 anos), de cor parda (72,3%) e solteiras (65,5%), evidenciando a interseção entre fatores socioeconômicos e a violência de gênero. O estudo também revela que os óbitos ocorrem majoritariamente em ambientes domiciliares, o que reforça a predominância da violência interpessoal no contexto familiar.

De acordo com Gama et al. (2022), a cidade de Imperatriz, a segunda maior do estado, destaca-se como um importante polo regional que, embora conte com uma rede de apoio às mulheres em situação de violência, enfrenta desafios relacionados à precariedade dos serviços e à necessidade de maior articulação intersetorial.

A distribuição territorial da violência interpessoal e autoprovocada apresenta marcantes desigualdades entre os municípios maranhenses. Conforme apontado por Vieira et

al. (2021), a análise espacial das mortes por agressão indica uma maior concentração nas áreas urbanas, especialmente em municípios de maior porte, como São Luís e Imperatriz, onde há maior densidade populacional e, paradoxalmente, maior exposição das mulheres a contextos de vulnerabilidade.

No entanto, a desigualdade territorial entre urbano e rural agrava-se pelo limitado acesso à atenção básica e aos serviços de proteção nas regiões interioranas. A literatura aponta que mulheres residentes em áreas rurais e isoladas enfrentam maiores barreiras para acessar serviços especializados e denunciar situações de violência (Gama et al., 2022), o que aumenta o risco de revitimização e perpetuação do ciclo de violência.

As limitações nas redes de apoio e nos serviços de enfrentamento à violência são um desafio central no Maranhão. Embora cidades como Imperatriz contem com uma rede formalizada de atendimento composta por centros de referência, delegacias especializadas e serviços de saúde, o funcionamento dessa rede é marcado por fragilidades, como baixa articulação intersetorial e insuficiente capacitação das equipes (Belarmino et al., 2020; Gama et al., 2022).

Além disso, a dependência econômica das mulheres, frequentemente agravada pela ausência de políticas de inserção no mercado de trabalho, figura como um fator que perpetua o ciclo de violência e limita a autonomia das vítimas (Melo et al., 2024). Como destacam Belarmino et al. (2020), a construção de uma rede efetiva de proteção exige o fortalecimento dos serviços de base, investimentos em formação continuada e maior integração entre saúde, segurança pública e assistência social, de modo a garantir um acolhimento humanizado e integral para as mulheres em situação de violência no estado.

4. OBJETIVOS

4.1 Geral

- Analisar a distribuição espacial da violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão nos anos de 2020 a 2024.

4.2 Específico

- Identificar as características sociodemográficas das mulheres vítimas de violência interpessoal e autoprovocada no estado.
- Calcular a incidência desses eventos nos diferentes municípios e macrorregionais de saúde do estado.
- Descrever padrões na dispersão geográfica dos casos de violência entre mulheres no Maranhão ao longo do período analisado.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo e local de estudo

Estudo ecológico, com enfoque na distribuição geográfica da violência interpessoal e autoprovocada contra mulheres no estado do Maranhão. O estado é composto por 217 municípios, distribuídos em 19 Regiões de Saúde e 3 Macrorregiões de Saúde (Quadro 1).

Quadro 1. Macrorregiões e regiões de saúde, Maranhão, Brasil

MACRORREGIÃO DE SAÚDE	REGIÕES ABRANGENTES
MACRORREGIÃO NORTE	01. São Luís; 14. Rosário; 12. Pinheiro; 16. Viana; 15. Santa Inês; 03. Bacabal; 07. Chapadinha; 10. Itapecuru Mirim; 19. Zé Doca.
MACRORREGIÃO SUL	09. Imperatriz; 06. Balsas; 02. Açailândia; 05. Barra Do Corda.
MACRORREGIÃO LESTE	04. Caxias; 08. Codó; 13. Presidente Dutra; 11. Pedreiras; 17. Timon; 18. São João dos Patos.

Fonte: IBGE (2021)

Localizado na porção ocidental da Região Nordeste do Brasil, o estado possui uma área de 329.651,496 km² e uma população estimada em 6.775.805 habitantes, conforme projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Neste estudo, utilizou-se como unidades de análise os 217 municípios e as 3 macrorregiões de saúde que compõem o território maranhense.

5.2 População, critérios de seleção e fonte de dados

Foram incluídas no estudo todas as notificações de violência interpessoal e autoprovocada envolvendo vítimas do sexo feminino, registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2024. Os registros sem informação sobre o município de residência foram excluídos, por comprometerem a análise territorial.

5.3 Coleta e análise de dados

A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2025, por meio da extração de informações disponíveis no TABNET – Sistema de Tabulação de Dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Os dados foram obtidos na seção “Doenças e Agravos de Notificação – 2007 em diante (SINAN)”, especificamente na subseção “Violência Interpessoal / Autoprovocada”. Essa base reúne os casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) relacionados à violência interpessoal e autoprovocada em todo o território nacional.

As variáveis selecionadas para o estudo foram: idade, raça/cor, escolaridade, tipo de violência, meio de agressão e local de ocorrência, que permitem delinear o perfil das vítimas, além do grau de parentesco e do uso de álcool, os quais possibilitam caracterizar o perfil do agressor e as circunstâncias da violência. A incidência foi expressa por meio de taxas para cada município, tendo sido calculada utilizando-se no numerador o quantitativo de notificações em cada município e como denominador a população feminina estimada para cada ano, obtida junto ao IBGE. O resultado foi multiplicado por 100.000 habitantes.

A etapa de processamento das informações foi realizada por meio de planilhas eletrônicas (software Microsoft Excel), com a apresentação de proporções, distribuições percentuais e medidas de tendência central, conforme aplicável.

Após a fase de captação dos dados no SINAN, os dados foram transferidos para uma planilha Excel e, posteriormente, feita análise estatística descritiva utilizando-se o software STATA®, versão 14. Para a análise espacial, utilizou-se como unidade ecológica os municípios maranhenses e macrorregiões de saúde. Para acompanhamento da evolução espacial da violência interpessoal e autoprovocada contra mulheres no estado do Maranhão foram confeccionados mapas temáticos anuais e do período no geral (Druck et al., 2004; Câmara et al., 2004).

O georreferenciamento das informações foi feito com base na malha digital do Maranhão, a partir da base cartográfica do IBGE e a construção dos mapas temáticos foi feita por meio do software QGis, versão 3.22.3.

5.5 Aspectos éticos

Como a pesquisa utiliza exclusivamente dados secundários, de domínio público e sem identificação individual das vítimas, não há exigência de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto nas Resoluções nº 466/2012, 510/2016 e 674/2022 do Conselho Nacional de Saúde

6. RESULTADOS

**MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MARANHÃO:
ANÁLISE DE 2020 A 2024**

**Artigo a ser submetido na DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade
Federal do Tocantins**

ISSN 2359-3652– QUALIS A4 para Enfermagem

(As normas da revista estão dispostas no Anexo 1)

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MARANHÃO: ANÁLISE DE 2020 A 2024

Ayrton Cesar dos Santos
Vanessa Moreira da Silva Soeiro

RESUMO

Introdução: A violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres configura um grave problema de saúde pública, evidenciando desigualdades de gênero, raça e classe, bem como limitações nas políticas de proteção e apoio. No Maranhão, a elevação das notificações de violência nos últimos anos reforça a necessidade de estudos que orientem estratégias de prevenção mais efetivas. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo analisar a distribuição espacial da violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no estado do Maranhão, no período de 2020 a 2024. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico, baseado em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referentes aos 217 municípios e três macrorregiões de saúde. Foram incluídas variáveis sociodemográficas e características do evento, com cálculo das taxas de incidência por 100 mil mulheres, utilizando estimativas populacionais do IBGE. As análises foram realizadas nos softwares Microsoft Excel®, Stata® 14 e QGIS 3.22.3. **Resultados:** No período analisado, registraram-se 17.001 casos de violência, com incidência média de 95,95 por 100 mil mulheres, predominando vítimas de 20 a 59 anos, pardas e com ensino fundamental incompleto. A violência física foi a mais recorrente, seguida da sexual e psicológica/moral, ocorrendo principalmente no domicílio e tendo o cônjuge ou ex-cônjuge como principal agressor. A distribuição espacial evidenciou maior concentração nas macrorregiões Norte e Sul. **Conclusão:** Conclui-se que a violência contra mulheres no Maranhão apresenta padrão crescente e desigual territorialmente, demandando políticas públicas intersetoriais e territorializadas para seu enfrentamento.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Análise espacial; Vigilância epidemiológica; Saúde pública; Maranhão.

ABSTRACT

Introduction: Interpersonal and self-inflicted violence among women is a serious public health problem, highlighting gender, race, and class inequalities, as well as limitations in protection and support policies. In Maranhão, the increase in reports of violence in recent years reinforces the need for studies to guide more effective prevention strategies. **Objective:** This study aimed to analyze the spatial distribution of interpersonal and self-inflicted violence among women in the state of Maranhão from 2020 to 2024. **Methodology:** This is an ecological study based on data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN) for 217 municipalities and three macro-regions of health. Sociodemographic variables and characteristics of the event were included, with incidence rates calculated per 100,000 women using IBGE population estimates. The analyses were performed using Microsoft Excel®, Stata® 14, and QGIS 3.22.3 software. **Results:** In the period analyzed, there were 17,001 cases of violence, with an average incidence of 95.95 per 100,000 women, predominantly victims aged 20 to 59, brown-skinned, and with incomplete elementary school education. Physical violence was the most recurrent, followed by sexual and psychological/moral violence, occurring mainly in the home and with the spouse or ex-spouse as the main aggressor. The spatial distribution showed a higher concentration in the North and South macro-regions. **Conclusion:** It is concluded that violence against women in Maranhão shows a growing and territorially unequal pattern, requiring intersectoral and territorialized public policies to address it.

Keywords: Violence against women; Spatial analysis; Epidemiological surveillance; Public health; Maranhão.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e uma das mais persistentes violações dos direitos humanos. No Brasil, apesar dos avanços normativos, como a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), os índices de violência permanecem elevados. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), analisados por Gonçalves et al. (2025), revelam que 19,4% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência, com destaque para a violência psicológica como a mais prevalente, frequentemente praticada no ambiente doméstico. Além disso, pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025) apontou que aproximadamente 37,5% das mulheres brasileiras sofreram violência em 2023, totalizando mais de 27 milhões de vítimas.

No contexto regional, o Nordeste brasileiro apresenta dados igualmente preocupantes. Um total de 228.419 casos de violência física contra mulheres foram notificados entre os anos de 2020 e 2023 nos estados nordestinos, com um aumento progressivo ao longo do período e pico em 2023. Fatores socioeconômicos, desigualdades estruturais e fragilidades nos serviços de proteção às mulheres contribuem para a persistência e agravamento do problema na região, o que reitera a necessidade de aprofundamento em estudos regionais, a fim de subsidiar políticas públicas que levem em consideração as especificidades territoriais (Silva et al., 2024).

No Maranhão, a situação apresenta contornos ainda mais alarmantes. Segundo dados do Ministério das Mulheres (Brasil, 2024), houve um aumento de 38,9% nas denúncias registradas no canal Ligue 180 entre janeiro e julho de 2024, totalizando 1.522 registros. A maioria das ocorrências foi relatada pelas próprias vítimas e teve como cenário o ambiente domiciliar, sendo os agressores majoritariamente parceiros ou ex-parceiros. Dados do DataSenado (2024) revelam ainda que uma em cada quatro mulheres maranhenses afirma ter sido vítima de violência doméstica ou familiar, com destaque para a violência psicológica, física e moral.

Entre as formas de violência previstas na legislação brasileira estão a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Brasil, 2006). A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, instituída em 2011, destaca que esse agravo atinge mulheres de todas as classes, raças e idades, sendo cometida majoritariamente por parceiros íntimos e dentro da residência das vítimas (Brasil, 2011). A coleta e sistematização de dados nacionais sobre esse tipo de violência são consideradas fundamentais para o planejamento de políticas públicas de proteção (Brasil, 2011).

A literatura aponta que a análise espacial é uma ferramenta eficaz para identificar zonas de concentração e orientar estratégias de prevenção (Massulo et al., 2020). Apesar da crescente

preocupação com a violência interpessoal e autoprovocada contra mulheres no Brasil, ainda são escassos os estudos que realizam análise espacial desse fenômeno no estado do Maranhão.

Nesse contexto, a análise espacial da violência surge como uma ferramenta estratégica para identificar padrões de distribuição geográfica e orientar intervenções mais efetivas e direcionadas. As pesquisas disponíveis concentram-se, em sua maioria, em abordagens epidemiológicas descritivas ou voltadas para grupos populacionais específicos (crianças e ou adolescentes) ou localidades específicas do estado (como a capital) (Masullo et al., 2020; Pereira; Gonçalves; Rodrigues, 2023). Dessa forma, identifica-se uma lacuna importante na literatura científica, especialmente no que se refere à identificação de padrões geográficos de ocorrência da violência contra mulheres no contexto maranhense.

Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo analisar a distribuição espacial da violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão, no período de 2020 a 2024.

METODOLOGIA

Estudo ecológico, com enfoque na distribuição geográfica da violência interpessoal e autoprovocada contra mulheres no Maranhão. O estado é composto por 217 municípios e 3 Macrorregiões de Saúde, sendo estas as unidades de análise deste estudo (IBGE, 2022). Foram incluídas todas as notificações de violência interpessoal e autoprovocada envolvendo vítimas do sexo feminino, registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2024. Os registros sem informação sobre o município de residência foram excluídos, por comprometerem a análise espacial.

A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2025, por meio da extração de informações disponíveis no TABNET – Sistema de Tabulação de Dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). As variáveis selecionadas foram: idade, raça/cor, escolaridade e tipo de violência, meio de agressão, local de ocorrência permitindo delinear o perfil das vítimas grau de parentesco e uso de álcool permitindo caracterizar o perfil do agressor e da violência. A incidência foi calculada para cada município e macrorregião do estado, utilizando-se no numerador o quantitativo de notificações em cada município e como denominador a população feminina estimada para cada ano, obtida junto ao IBGE. O resultado foi multiplicado por 100.000 habitantes, a fim de facilitar a comparação entre os territórios.

Após a fase de captação dos dados no SINAN, estes foram transferidos o Excel e, posteriormente, feita análise estatística descritiva utilizando-se o software STATA®, versão 14. Para a análise espacial e acompanhamento da distribuição da violência interpessoal e

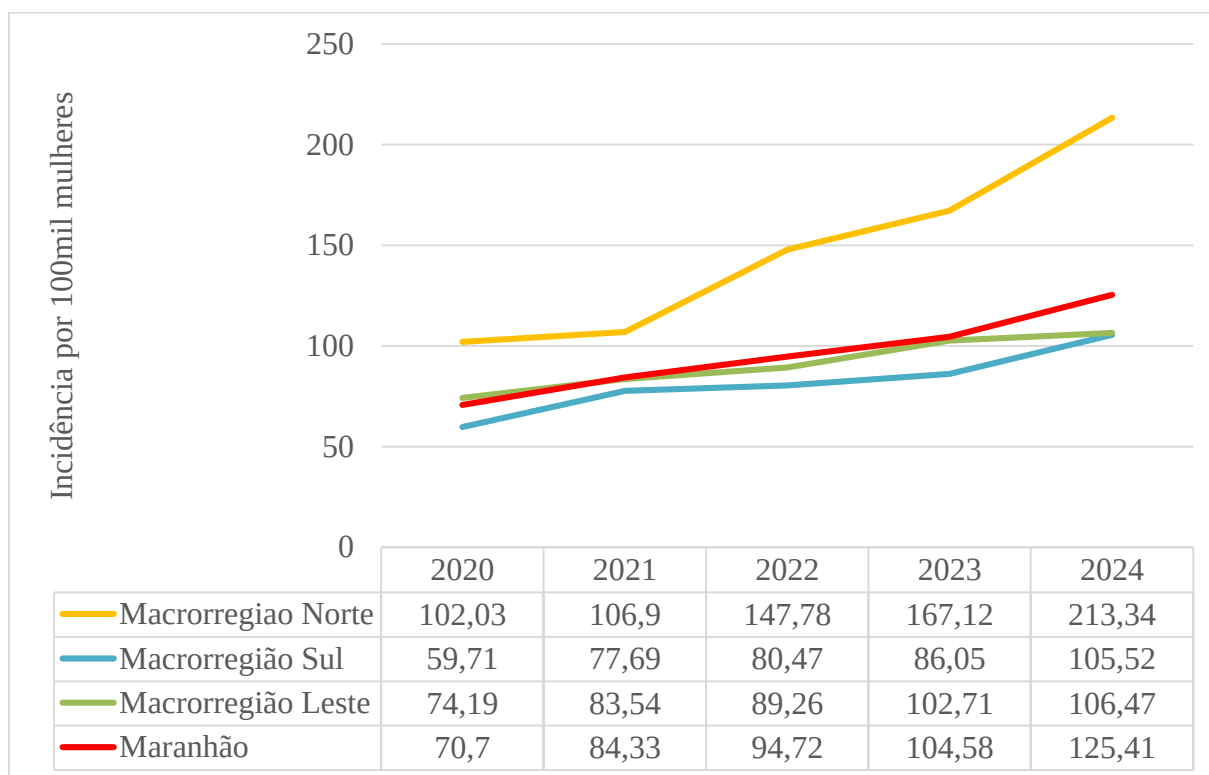
autoprovocada contra mulheres no estado foram confeccionados mapas temáticos anuais e do período no geral (Druck et al., 2004; Câmara et al., 2004). O georreferenciamento das informações foi feito com base na malha digital do Maranhão, a partir da base cartográfica do IBGE e a construção dos mapas temáticos foi feita por meio do software QGis, versão 3.22.3.

Como a pesquisa utiliza exclusivamente dados secundários, de domínio público e sem identificação das vítimas, não há exigência de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto nas Resoluções nº 466/2012, 510/2016 e 674/2022 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

No período de 2020 a 2024, foram notificados 17.001 casos de violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão, correspondendo a uma incidência média anual de 95,95 casos por 100 mil mulheres. Analisando-se por Macrorregião de Saúde, historicamente a Norte registrou as maiores incidências, sempre seguida pela Sul e pela Leste. Ademais, nota-se crescente de casos ao longo do período estudado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Incidência da violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão, 2020 a 2024.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DATASUS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 2025.

Quanto ao perfil sociodemográfico, notou-se que foi composto por mulheres da faixa etária de 20 a 59 anos (57,2%), com ensino fundamental incompleto (22,39%) e pardas (75,80%). Merece atenção a variável escolaridade onde o percentual de dados ignorados foi elevado (19,91%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos casos notificados de violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão, 2020 a 2024.

FAIXA ETÁRIA	N	%
Menor de 10 anos	1240	7,29
10 a 19 anos	5583	32,84
20 a 59 anos	9585	56,38
Acima de 60 anos	555	3,26
Ign/Branco	38	0,22
ESCOLARIDADE		
Analfabeto	288	1,69
Ensino fundamental incompleto	5097	29,98
Ensino fundamental completo	1263	7,43
Ensino médio incompleto	1977	11,63
Ensino médio completo	3129	18,40
Educação superior incompleto	508	2,99
Educação superior completo	493	2,90
Não se aplica	1031	6,06
Ignorado	3215	19,91
COR/RAÇA		
Branca	1978	11,63
Preta	1681	9,89
Amarela	98	0,58
Parda	12887	75,80
Indígena	190	1,12
Ignorado	167	0,98

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DATASUS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 2025.

No que tange à tipologia da violência notificada no estado, a mais frequente foi a física (54,36%), seguida pela sexual (25,02%), psicológica/moral (23,88%) e autoprovocada (23,45%). Quanto ao meio de agressão utilizado, na maioria dos casos notificados o agressor fez uso da força corporal/espancamento (38,94%), seguida pela ameaça (17,21%), envenenamento (14,73%) e pela agressão com uso de objeto perfurocortante (14,42%). A residência (72,50%) foi o local de ocorrência mais frequente dos casos notificados, seguido da via pública (11,39%) (Tabela 2).

Tabela 2. Casos notificados de violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres, segundo as características da ocorrência e do agressor, no Maranhão, 2020 a 2024.

TIPO DE VIOLÊNCIA*	N	%
Física	9241	54,36
Psicológica/Moral	4060	23,88
Tortura	739	4,35
Sexual	4253	25,02
Autoprovocada	3987	23,45
Outras violências	2247	13,22
MEIO DE AGRESSÃO*		
Força corporal/Espancamento	6620	38,94
Enforcamento	929	5,46
Objeto contundente	727	4,28
Objeto perfurocortante	2452	14,42
Substância ou Objeto Quente	180	1,06
Envenenamento	2504	14,73
Arma de fogo	517	3,04
Ameaça	2926	17,21
Outra agressão	1644	9,67
LOCAL DE OCORRÊNCIA		
Residência	12326	72,50
Habitação Coletiva	106	0,62
Escola	137	0,81
Local de prática esportiva	32	0,19
Bar ou Similar	553	3,25
Via pública	1937	11,39
Comércio/Serviços	108	0,64
Indústrias/construção	26	0,15
Outros	832	4,89
Ignorado	648	3,81
Em Branco	296	1,74
GRAU DE PARENTESCO		
Pai	493	2,90
Mae	566	3,33
Padrasto	346	2,04
Madrasta	30	0,18
Cônjuge	2871	16,89
Ex-cônjuge	1108	6,52
Namorado(a)	1384	8,14
Ex-namorado(a)	406	2,39
Filho(a)	340	2,00
Irmão(a)	338	1,99
Amigos/conhecidos	1962	11,54
Desconhecido(a)	1630	9,59
Cuidador(a)	35	0,21
Patrão/chefe	25	0,15
Pessoa com relação institucional	101	0,59
Policial/agente da lei	48	0,28
Própria pessoa	3604	21,20
Outros vínculos	1055	6,21
USO DE ÁLCOOL		
Sim	4634	27,26
Não	9446	55,56

Ignorado	2371	13,95
Em branco	550	3,24

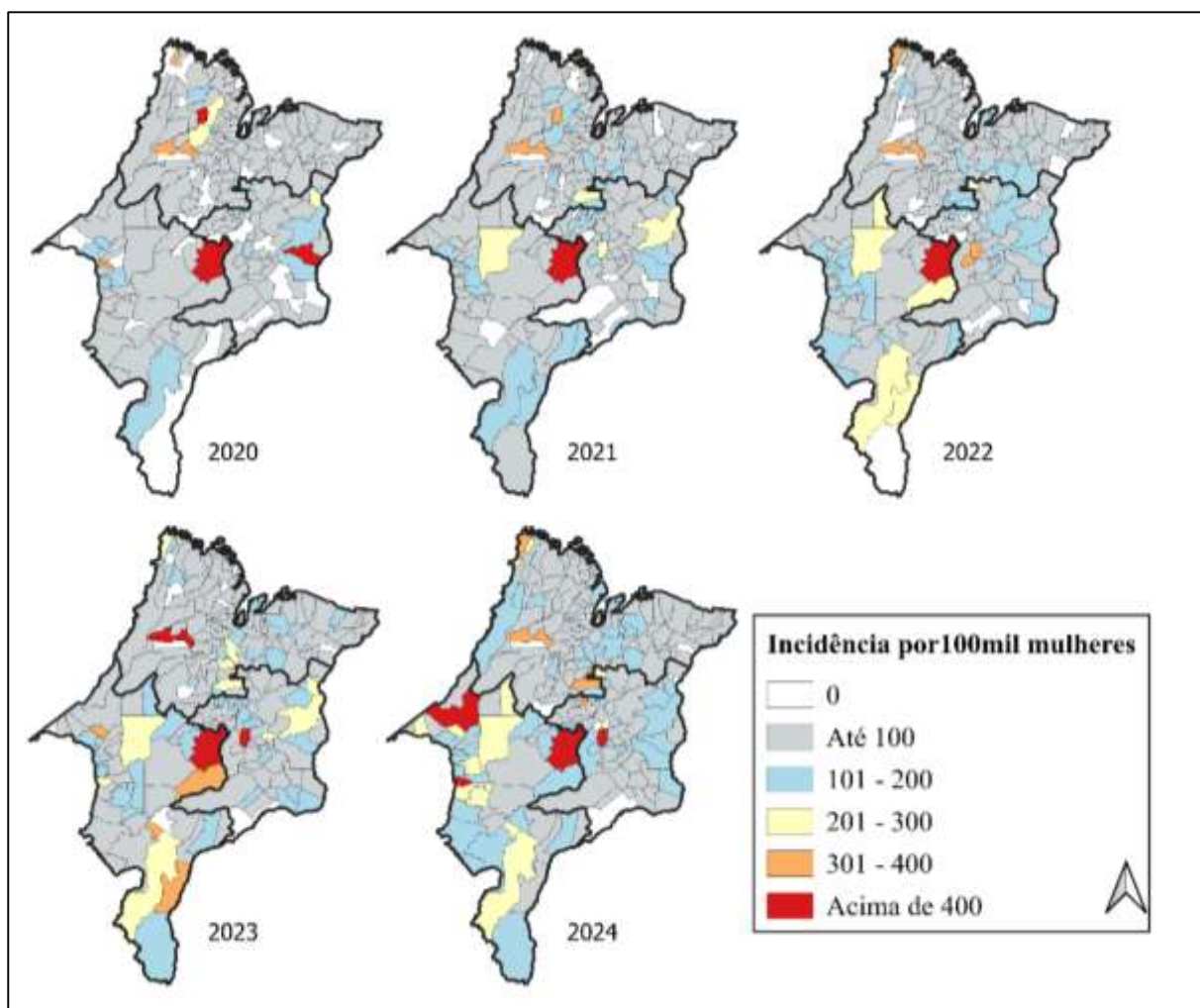
*Nesta variável, há a possibilidade de mais de um tipo de violência ou de mais de um tipo de meio de agressão ocorrer no mesmo caso. Portanto, o N total difere dos 17.001 iniciais.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DATASUS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 2025.

Quanto ao agressor, observou-se que em 21,20% dos casos a agressão foi autoprovocada, sendo seguida por aquelas cometidas por seus cônjuges (16,89%) e por amigos/conhecidos (11,54%). Quando questionado se o agressor fez uso de bebida alcoólica, em 27,26% das notificações a resposta foi positiva.

A análise espacial evidenciou que, entre 2020 e 2024, houve expansão progressiva no número de municípios maranhenses com registros de violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres, passando de 176 municípios em 2020 para 206 em 2024. Observou-se também variação nas áreas de maior incidência ao longo dos anos, com concentração persistente em determinados territórios (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição espacial da incidência de violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão, 2020 a 2024.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DATASUS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2025.

Em 2020, os maiores coeficientes de incidência foram observados em Presidente Sarney (492,28/100 mil hab.), Matões (484,35/100 mil hab.) e Barra do Corda (419,73/100 mil hab.). No ano seguinte, Barra do Corda sobressaiu-se como o município com maior incidência (402,39/100 mil hab.), situação que se repetiu em 2022, quando apresentou elevação da taxa para 465,11/100 mil hab (Figura 1).

Em 2023, verificou-se aumento expressivo em várias regiões do estado, com destaque para Barra do Corda (770,54/100 mil hab.), Presidente Dutra (445,88/100 mil hab.) e Zé Doca (427,49/100 mil hab.). Já em 2024, as maiores incidências foram registradas em Barra do Corda (810,14/100 mil hab.), Presidente Dutra (538,49/100 mil hab.), Campestre (451,76/100 mil hab.), Açailândia (403,20/100 mil hab.) e Igarapé Grande (400,23/100 mil hab.). Apenas o

município de Governador Newton Bello não apresentou notificações durante todo o período analisado (Figura 1).

DISCUSSÃO

Entre os anos de 2020 e 2024, o Maranhão registrou importante quantitativo de notificações de violência interpessoal e autoprovocada contra mulheres, com curva ascendente no período. Este achado demonstra a relevância do problema enquanto agravo de saúde pública e situa a realidade do estado em consonância com o cenário nacional. Conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, 19,4% das brasileiras relataram ter sofrido episódios de violência (Nunes; Santiago; Macena, 2022).

Além disso, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025) indicam que 37,5% das mulheres no país sofreram algum tipo de violência, totalizando mais de 27 milhões de vítimas. Adicionalmente, a realidade encontrada alinha-se aos dados do Nordeste brasileiro, que contabilizou elevado número de notificações de violência física contra mulheres entre 2009 a 2023, com crescimento progressivo (Sousa et al., 2022; Souza et al., 2024). A incidência encontrada no contexto maranhense reflete a magnitude do fenômeno em termos regionais e demonstra a persistência de padrões de violência, inclusive com crescimento.

A crescente de casos observada no presente estudo, sugere que o Maranhão possui determinantes estruturais que agravam o problema, como desigualdades socioeconômicas, fragilidade da rede de proteção às mulheres e persistência de barreiras no acesso a serviços de saúde e justiça (Sousa et al., 2022; Souza et al., 2024). Portanto, a curva ascendente maranhense não se configura como fenômeno isolado, mas como parte de uma dinâmica regional e nacional marcada por vulnerabilidades históricas (Coelho et al., 2022).

Observou-se maior incidência nas macrorregiões Norte e Sul. Este achado, pode relacionar-se ao fato destas duas macrorregionais aglutinarem, os municípios mais populosos do estado. Esse resultado pode ser mais bem compreendido à luz dos achados de Masullo et al. (2020), que identificaram, por exemplo, que 5% dos bairros de São Luís concentravam 43,1% dos crimes violentos não letais e 83,3% dos letais, o que evidenciou a existência de zonas críticas de violência urbana na capital do estado, que faz parte da macrorregião Norte de saúde.

O perfil sociodemográfico encontrado também reitera padrões descritos pela literatura local: predominância de mulheres pardas, jovens, de baixa escolaridade e vítimas de violência física (Vieira et al., 2021; Fonsêca et al., 2022). A ocorrência de violências entre pardas no estado, certamente alinha-se ao fato de que esta é majoritariamente a composição populacional maranhense (IBGE, 2022). A literatura indica que mulheres jovens são mais propensas a

situações violentas devido à exposição frequente, à naturalização de violências psicológicas e verbais, à inexperiência relacional e à acumulação de vulnerabilidades sociais, como baixa escolaridade e renda (Silva et al., 2021). A escolaridade é um fator importante porque níveis mais baixos de educação estão associados à menor autonomia econômica, dificuldade de acesso a informações sobre direitos e serviços de proteção, e menor capacidade de identificar e enfrentar situações de violência, aumentando a vulnerabilidade das mulheres (Santos et al., 2021).

A discussão dos resultados também exige uma abordagem interseccional, visto que os grupos mais afetados foram mulheres pardas e de menor escolaridade. Estudos nacionais apontam que raça, gênero e classe interagem como determinantes centrais da violência, colocando as mulheres negras e pobres em maior situação de vulnerabilidade (Cisne; Araújo, 2021; Pontes; Santos; Nunes, 2024).

Quanto à tipologia, Balbinotti et al. (2018) indicam que as mulheres sofrem sobretudo agressões físicas, com uso da força (espancamento), em virtude da violência física e sexual serem manifestações diretas do desejo de dominação e posse do corpo da mulher pelo agressor, sendo a expressão mais evidente das relações de poder e do sistema patriarcal que naturaliza a superioridade do homem. Chama atenção ainda a elevada frequência de violência autoprovocada, o que se alinha com achado de Fonsêca et al. (2022) no Maranhão, que apontam forte associação entre tentativas de suicídio e episódios anteriores de violência doméstica. Esses dados reforçam a necessidade de integração entre a saúde mental e as políticas de enfrentamento da violência de gênero, considerando a sobreposição entre agravos interpessoais e auto infligidos.

Outro aspecto relevante foi a constatação de que a residência foi o principal local de ocorrência e que os cônjuges e ex-cônjuges figuraram como os principais agressores. Esses achados são consistentes com os relatórios mais recentes do Ministério das Mulheres (Brasil, 2024a) e do Instituto DataSenado (Brasil, 2024b), que apontaram aumento nas denúncias registradas no canal Ligue 180 e revelaram que uma em cada quatro maranhenses já foi vítima de violência doméstica. A maior incidência dos casos de violência no ambiente doméstico se explica porque esse é o espaço de convivência contínua e intimidade, onde o agressor muitas vezes parceiro íntimo exerce controle simbólico, vigilância, dominação e isolamento, tornando mais difícil para a mulher romper as barreiras da violência e denunciar” (Vasconcelos et al., 2021).

Além disso, a participação do uso de álcool em mais de um quarto das ocorrências corrobora com evidências de que o consumo de substâncias psicoativas é fator relevante para o

desencadeamento da violência (Leite et al., 2023). Tais elementos reforçam que a violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão é resultado de múltiplos condicionantes estruturais, que devem ser enfrentados por meio de políticas públicas intersetoriais.

A análise temporal da incidência de violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres, ilustrada na série de mapas de 2020 a 2024, revela um aumento progressivo no número de municípios com algum registro de casos. Esse padrão de crescimento no número de notificações tem sido observado em diversos estudos nacionais e pode não indicar, necessariamente, um aumento puro na violência, mas sim uma melhoria na capacidade de vigilância e registro dos casos, ou um maior conhecimento da população sobre a violência como um problema de saúde pública e sobre os canais de denúncia, o que, por sua vez, resulta em uma maior procura pelos serviços de notificação (Lima et al., 2025; Brasil, 2016).

A persistência de Barra do Corda no estrato mais alto de ocorrência da violência sugere a influência de fatores socioculturais, econômicos e estruturais locais que favorecem sua alta perpetuação e notificação. Bittencourt e Teixeira (2023) corroboram que a dinâmica da violência está ligada a estruturas e processos sociais, exigindo, portanto, que pesquisas subsequentes se dediquem a compreender as nuances locais que explicam essa disparidade de incidência. É crucial analisar a rede de apoio, o desenvolvimento humano, as taxas de feminicídio e o perfil das vítimas e agressores para entender com precisão os motivos dessa elevada violência. Pesquisas subsequente podem ajudar a melhor compreender as particularidades deste município.

É fundamental reconhecer que este estudo se baseia na utilização de dados secundários provenientes de sistemas de informação de notificação. A principal limitação reside no fato de que esses dados estão, notoriamente, sujeitos à subnotificação dos casos de violência interpessoal e autoprovocada, o que é uma fragilidade intrínseca aos sistemas de vigilância em saúde.

Por fim, destaca-se que a utilização da análise espacial como ferramenta metodológica conferiu maior robustez ao estudo, permitindo identificar áreas críticas e orientar o planejamento em saúde pública. Experiências similares no Nordeste, como a análise realizada em Sobral (CE) por Queiroz et al. (2018), demonstraram que o mapeamento geográfico dos casos possibilita intervenções mais direcionadas e eficazes. Nesse sentido, os achados aqui apresentados não apenas corroboram estudos prévios, como também ampliam a compreensão do fenômeno ao revelar a distribuição heterogênea da violência no território maranhense,

contribuindo para a formulação de políticas de enfrentamento que considerem a dimensão territorial e as desigualdades sociais.

CONCLUSÃO

Este estudo identificou que a violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres se configura como um importante agravo de saúde pública no Maranhão, refletindo desigualdades estruturais, vulnerabilidades sociais e fragilidades na efetividade das políticas de proteção. Os resultados revelaram predominância de vítimas jovens, pardas e com baixa escolaridade, sendo a violência física a forma mais frequente, geralmente ocorrida no ambiente domiciliar e praticada por parceiros ou ex-parceiros. A análise espacial evidenciou que a violência se distribui de forma heterogênea no território maranhense, com destaque para as macrorregiões Norte e Sul, especialmente nos municípios de Barra do Corda e Presidente Dutra. Esses achados reforçam a influência de fatores socioeconômicos, culturais e territoriais na perpetuação das violências, demonstrando a necessidade de políticas públicas regionalizadas e mais sensíveis às desigualdades locais.

A pesquisa contribui ao evidenciar a importância da análise espacial como ferramenta estratégica para a vigilância epidemiológica e o planejamento de ações intersetoriais de enfrentamento à violência de gênero. Ao identificar áreas de maior vulnerabilidade, o estudo fornece subsídios para que gestores e formuladores de políticas implementem estratégias de prevenção, proteção e acolhimento mais eficazes, integrando os setores de saúde, assistência social, segurança e justiça. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem fatores socioculturais, econômicos e institucionais que influenciam a notificação e a ocorrência desses casos, bem como avaliem o impacto das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres. Em síntese, este estudo amplia o conhecimento sobre o fenômeno da violência no Maranhão e reforça a urgência de estratégias estruturadas e contínuas que promovam a equidade, a segurança e os direitos das mulheres em todo o território estadual.

REFERÊNCIAS

- BALBINOTTI, I.; SILVA, A. M. D. S. R.; DE OLIVEIRA, S. R. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.
- BITTENCOURT, Matheus Boni; TEIXEIRA, Alex Niche. Estrutura social e dinâmica da violência: determinantes sociais dos homicídios intencionais nas microrregiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 1-25, 2023
- BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas

para as Mulheres, 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf/view>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. **Ministério das Mulheres**. No Maranhão, Ligue 180 registra aumento de 38,9% nas denúncias em 2024. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/ligue-180-central/no-maranhao-ligue-180-registra-aumento-de-38-8-nas-denuncias-em-2024>. Acesso em: 07 ago. 2025.

BRASIL. **Senado Federal. Instituto DataSenado**. Violência doméstica e familiar contra a mulher – Maranhão. Brasília, 2024b. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/interativo.html. Acesso em: 07 ago. 2025.

CISNE, Mirla Álvaro; ARAÚJO, Nayra da Silva. Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 349-370, 2021.

COELHO, Ananda Caroline Vasques Dantas et al. Perfil sociodemográfico de registro de mulheres vítimas de violência física no Ceará durante a COVID-19, 2019-2021. **Saúde Coletiva**, v. 12, n. 74, p. 9961–9968, 22 mar. 2022.

FONSÊCA, Natália Carvalho et al. Casos notificados de violência autoprovocada em mulheres no estado do Maranhão, 2009-2019. **Studies in Health Sciences**, v. 3, n. 1, p. 434–444, 15 mar. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; **DATAFOLHA**. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil – 5ª edição. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/7c9f57aa-e7d6-4d96-8f11-768fe85a2084>. Acesso em: 07 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; **DATAFOLHA**. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil – 5ª edição. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/7c9f57aa-e7d6-4d96-8f11-768fe85a2084>. Acesso em: 07 ago. 2025.

GONÇALVES, C. V. et al. Violência contra mulheres brasileiras: análise da PNS 2019. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 59, e8, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama do Censo 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 15 out. 2025.

LIMA, G. C. C. et al. Tendência temporal e perfil epidemiológico das notificações de violência contra as mulheres no Brasil: 2014-2023. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 34, n. 1, e20240475, 2025.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga et al. CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, MA. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 77, p. 133–150, 1 out. 2020.

- MASULLO, Yata Anderson Gonzaga et al. Concentração espacial dos crimes violentos contra as mulheres no município de São Luís, MA. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 77, p. 133–150, 1 out. 2020.
- NUNES, Renata Adele de Lima; SANTIAGO, Marizângela Lissandra de Oliveira; MACENA, Raimunda Hermelinda Maia. Violência contra a mulher: análise dos resultados da PNS 2019. In: **Anais do II Congresso Nacional de Residências em Saúde (Online)**, Fortaleza, 2022. DOI: 10.47094/IICONRES.2022/30
- PEREIRA, I. G. S.; GONÇALVES, I. P. S.; RODRIGUES, Z. M. R. Análise intraurbana da dinâmica espaço-temporal e fatores associados dos crimes letais e não letais contra as mulheres em São Luís - MA. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 96, p. 121–139, 2023.
- PONTES, Andréa Mello; SANTOS, C.; NUNES, Cristina. Encarceramento feminino e interseccionalidade gênero, raça e classe (Brasil/Portugal): uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 28, n. 1, p. 123–140, 2024.
- QUEIROZ, Isabelle Frota Ribeiro et al. Análise espacial da violência contra as mulheres nos anos de 2012 e 2013. **Revista Saúde.Com**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 4, p. 1289–1297, 2018.
- SANTOS, Luara Souza Dantas dos *et al.* Perfil, fatores de risco e prevalência da violência contra a mulher. **SANARE: Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 2, p. 11-20, 2021.
- SILVA, E. L. F. et al. Violência física contra mulher no Nordeste brasileiro (2020–2023): estudo epidemiológico. **Revista Fisioterapia & Terapias**, Recife, v. 7, n. 1, p. 1–12, 2024.
- SILVA, J. L. C. D. et al. Prevalência e fatores associados a violência por parceiro íntimo contra mulheres adultas no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, n. suppl 2, e210020, 2021.
- SOUSA, Byanca Santana; GOIS MACIEL, Nathalia Thaís Vieira; ALVES DE OLIVEIRA, Maria Paula Alves; BATISTA, Jefferson Felipe Calazans. Violência contra mulher no Nordeste brasileiro: tendência temporal de 2009 a 2018. **Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente**, Aracaju, v. 9, n. 1, p. 53–67, jan./abr. 2022
- SOUZA, Palloma Maria Araujo de; GUIMARÃES, Vanessa da Silva; LEAL DE VASCONCELOS, Gleisiane Gaspar; LAGO, Felipe Bruno de Lima; ABREU, Elayne Soemy de Sousa; OLIVEIRA, Wilde Maria Clara Sousa de; SILVA, Darlan Breno Pereira da; CRUZ, Francisca Maria Pereira da; SOARES, Wanderson Luís Nascimento. Violência física contra mulher no Nordeste brasileiro, 2020–2023: Estudo epidemiológico. **RevistaFT**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 138, p. 31, set. 2024.
- VASCONCELOS, N. M. et al. Prevalência e fatores associados a violência por parceiro íntimo entre mulheres brasileiras. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, suplemento 2, 2021
- VIEIRA, Cynthia Garcia et al. Mortalidade feminina por agressão: uma análise epidemiológica no estado do Maranhão. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2148–2161, 4 nov. 2021.

7. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a distribuição espacial da violência interpessoal e autoprovocada entre mulheres no Maranhão no período de 2020 a 2024, identificando um cenário de crescente incidência e ampla dispersão territorial do fenômeno. Os resultados evidenciaram que as vítimas são majoritariamente mulheres jovens, pardas e com baixa escolaridade, características que refletem as desigualdades estruturais e as vulnerabilidades sociais historicamente presentes no estado.

Em relação aos tipos de violência, predominou a física, seguida da psicológica e sexual, sendo o domicílio o principal local de ocorrência e o cônjuge ou ex-cônjuge o principal agressor. Esses achados confirmam o padrão da violência de gênero no âmbito doméstico, onde as relações de poder e dependência emocional e econômica mantêm as mulheres em ciclos contínuos de agressão. A análise espacial evidenciou que a violência distribui-se de forma heterogênea no território maranhense, com destaque para as macrorregiões Norte e Sul, especialmente nos municípios de Barra do Corda e Presidente Dutra. Esses achados reforçam a influência de fatores socioeconômicos, culturais e territoriais na perpetuação das violências, demonstrando a necessidade de políticas públicas regionalizadas e mais sensíveis às desigualdades locais.

Ademais, reitera-se a necessidade de ampliar ações educativas e campanhas de conscientização, além de fortalecer a rede intersetorial de proteção às mulheres. Conclui-se que o enfrentamento à violência contra a mulher exige políticas públicas mais eficazes, territorializadas e integradas entre saúde, assistência social, segurança pública e justiça. Por fim, a análise espacial mostrou-se uma ferramenta valiosa para o planejamento de ações de prevenção, vigilância e intervenção, contribuindo para a promoção da equidade e a garantia dos direitos das mulheres em todo o Maranhão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Flávia Gondim De Moraes Spinelli *et al.* VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E LEGISLAÇÃO ATUAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2024.

ALVES, Rayssa Stéfani Sousa *et al.* “Mas ele nunca me bateu”: Tipos de violência contra a mulher com ênfase na contextualização do abuso emocional por seus parceiros íntimos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, 19 nov. 2020.

BELARMINO, Victor Hugo *et al.* Reflexões sobre práticas e cotidiano institucional na rede de proteção à mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1–13, 1 jan. 2020.

BEZERRA, Aline Patrícia Dos Santos *et al.* MORTALIDADE POR VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA EM MULHERES EM IDADE FÉRTIL NO RIO GRANDE DO NORTE. **Revista Ciência Plural**, 2024.

BEZERRA, Rita Mylena De Araújo; LEITE, M. O PACOTE ANTIFEMINICÍDIO: AVANÇOS LEGISLATIVOS E OS DESAFIOS DE SUA EFETIVA APLICABILIDADE NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2025.

BONAMIGO, Victoria Grassi; CARVALHO, Deborah Ribeiro; CUBAS, Marcia Regina. Violência de gênero: análise conceitual apoiada por inteligência artificial. **Revista Pesquisa Qualitativa**, 2024.

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf/view>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CÂMARA, G. et al. Análise espacial de áreas. In: DRUCK, S. et al. (org.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: EMBRAPA, 2004.

CARVALHO FILHO, Ronilson Nolêto De; BARBOSA, Valéria Raquel Alcantara; TRINDADE, M. Vozes subalternas insurgentes! Notificações de violência interpessoal/autoprovocada em mulheres atendidas na Maternidade Estadual do Piauí, 2019 a 2022. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 2024.

CISNE, Mirla Álvaro; ARAÚJO, Nayra da Silva. Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 349-370, 2021

COELHO, None Ananda Caroline Vasques Dantas *et al.* Perfil sociodemográfico de registro de mulheres vítimas de violência física no ceará durante a covid-19, 2019-2021. **Saúde Coletiva**, v. 12, n. 74, p. 9961–9968, 22 mar. 2022.

DRUCK, S. et al. **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.

DUFFRAYER, Karoline Moreira *et al.* Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência no período de 2008 a 2017. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 15 abr. 2021.

FONSÊCA, Natália Carvalho *et al.* Casos notificados de violência autoprovocada em mulheres no estado do Maranhão, 2009-2019. **Studies in Health Sciences**, v. 3, n. 1, p. 434–444, 15 mar. 2022.

GAMA, Luziane Ponciano *et al.* Rede de apoio e atendimento às mulheres vítimas de violência na cidade de Imperatriz – MA / Support and service network for women victims of violence in the city of Imperatriz – MA. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 52311–52322, 20 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 06 jun. 2025.

LEITE, Franciéle Marabotti Costa *et al.* Análise dos casos de violência interpessoal contra mulheres. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, 1 jan. 2023.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga *et al.* CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS CONTRA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, MA. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 77, p. 133–150, 1 out. 2020.

MELO, Stephanny Resende de *et al.* DEPENDÊNCIA ECONÔMICA COMO UM DOS FATORES DE CONTINUIDADE DO CICLO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ASPECTOS REGIONAIS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, 2024.

MORAIS-GONÇALVES, Daniela *et al.* Reincidência, Fatores de Risco e Avaliação de Risco em Vítimas de Violência Doméstica. **Trabajo Social Global-Global Social Work**, v. 8, n. 15, p. 78–113, 26 dez. 2018.

MOTA, Davidson David Amaro *et al.* Direitos Humanos, Violência e Gênero: Análise do Posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Violência de Gênero Contra as Mulheres no Brasil. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, 2024.

PERTILLE, Thais Silveira; BRAZ, Daniel Meurer. Conceito de violência de gênero para fins de aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). **Revista Jurídica da OAB/SC**, 2024.

PONTES, Andréa Mello; SANTOS, C.; NUNES, Cristina. ENCARCERAMENTO FEMININO E INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E CLASSE (BRASIL/PORTUGAL): uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Políticas Públicas**, 2024.

QUEIROZ, Isabelle Frota Ribeiro et al. Análise espacial da violência contra as mulheres nos anos de 2012 e 2013. **Revista Saúde.Com**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 4, p. 1289–1297, 2018

REIS, Rafael Maia Silveira Dos; VELOZO, Laura Da Silva. TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ATRAVESSAMENTOS E AFETAÇÕES QUE VÃO ALÉM DA AGRESSÃO FÍSICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2023.

SARDINHA, Lynnmarie *et al.* Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. **The Lancet**, v. 399, n. 10327, p. 803–813, fev. 2022.

SILVA, Emanuelle Nataly; MARQUES, Glória Letícia Wenceslau Barão; WANZINACK, Clóvis. Perfil dos casos de violência interpessoal e/ou autoprovoçada no Paraná entre 2015 e 2018. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 6, n. 1, p. 1–15, 22 mar. 2023.

SOUSA, Byanca Santana *et al.* VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO NORDESTE BRASILEIRO: TENDÊNCIA TEMPORAL DE 2009 A 2018. **Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 53–67, 29 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Prevenção** do suicídio: um imperativo global. Genebra: OMS, 2014. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564779>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VIEIRA, Cynthia Garcia *et al.* MORTALIDADE FEMININA POR AGRESSÃO: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA NO ESTADO DO MARANHÃO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2148–2161, 4 nov. 2021.

ANEXO 1 - Normas da DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins

Condições para submissão:

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.

O trabalho submetido pertence a um dos eixos prioritários de DESAFIOS: Ciências Humanas e Contemporaneidade; Saúde e Sociedade; Educação; Ciência, Tecnologia e Ciências Agrárias.

A matéria dos originais deverá conter, na seguinte ordem: Título no idioma do artigo, em inglês e espanhol. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o título em Português e Espanhol; Resumo em 200 palavras acompanhado de três palavras-chave, Abstract/Resumen e três palavras-chave em inglês e espanhol; Texto completo do artigo, escrito em Times New Roman, 11 pt, com espaçamento de 1,5; Figuras, tabelas, quadros e gráficos devem incluir legenda no idioma do artigo; As tabelas e ilustrações devem ser inseridas no texto(.jpeg, .png, .tiff) com resolução mínima de 300 dpi.

A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares. Esta identificação será incluída apenas na versão final caso o artigo seja aceito para publicação.

As citações de mais de 3 linhas devem ser digitadas em parágrafo isolado, com espaçamento simples entre as linhas, corpo de 11 pt e recuo de 1,5 cm da margem esquerda do texto. As citações de até três linhas devem integrar o corpo do texto e ser assinaladas entre aspas.

São consideradas referências somente as obras mencionadas no interior do texto. As referências devem ser digitadas em fonte Times New Roman, em corpo 11 pt, com espaçamento simples entre as linhas e organizadas em ordem alfabética. As referências, no fim do trabalho, devem ter os dados completos e seguir as normas para trabalhos científicos que estão publicadas no

site da revista. Cada referência deve ocupar um parágrafo e deve estar separada por um espaço simples.

O modelo de artigo utilizado está disponível em formato do novo template da revista Desafios.

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Submissão.

Revista Desafios - Regras para a elaboração de manuscritos na área de Biodiversidade

O manuscrito deve ser escrito preferencialmente em língua inglesa, sendo de responsabilidade dos autores apresentarem o texto em com boa escrita em Inglês científico. Recomendamos fortemente que os manuscritos sejam revisados por um nativo na língua inglesa ou revisados/traduzidos por uma empresa especializada. Todas as categorias de manuscritos elegíveis para a área de Biodiversidade devem conter dados completos e inéditos, que não foram publicados e nem submetidos para apreciação em outras revistas ou livros; e devem ser submetidos pela plataforma:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/about/submissions>

Categorias elegíveis:

Artigos originais - O conteúdo do artigo deve ser resultado de pesquisas concluídas nas áreas da Biodiversidade, tais como Zoologia, Botânica, Microbiologia, Sistemática, Taxonomia, Genética, Evolução, Paleontologia, Ecologia e Conservação. Descrições de novos táxons e revisões taxonômicas devem conter listagem de material-tipo e examinado depositado em coleções científicas reconhecidas. A lista de material examinado deve conter as seguintes informações: acrônimo da coleção, número de tombo, número de exemplares contidos no lote, localidade, coordenadas geográficas, data de coleta e coletores. Nomes de gêneros e espécies devem ser formatados em itálico e vir acompanhados de autoria e ano na primeira vez que for citado no texto.

Inventários - Deve conter a metodologia de coleta dos táxons, descrição da área de estudo com as coordenadas geográficas. Nomes de gêneros e espécies devem ser formatados em itálico e vir acompanhados de autoria e ano. A lista de material testemunho (voucher) deve se basear em

identificações precisas de acordo com os trabalhos mais recentes de taxonomia do grupo abordado. Todo material testemunho deve estar depositado em coleções científicas reconhecidas e listado como anexo ao final do manuscrito.

Revisões Temáticas - O artigo deve desenvolver uma revisão sobre temas ou conceitos científicos pertinentes à área de Biodiversidade. Devem conter revisão bibliográfica relevante para compreender o tema abordado, além de referências mais atuais sobre o tema.

Diretrizes para Autores - Instruções gerais para publicação na Revista Desafios (UFT)

A Revista Desafios destina-se à publicação de trabalhos inéditos e originais, resultantes de pesquisas e estudos teóricos ou empíricos, revisões preferencialmente as sistemáticas, relatos de casos e experiências.

Autores que pretendem submeter Revisões, Relatos de Casos e Experiências, deverão encaminhar e-mail para a revista, contendo Título, Resumo detalhado, Autores e Filiação, para uma avaliação prévia, a fim de identificar se há interesse da revista na temática da revisão antes de sua submissão.

A Revista não aceita trabalhos encaminhados simultaneamente para outras revistas ou para livros. A Revista é trimestral com publicações de forma continuada, podendo ainda apresentar publicações de Dossiê ou números Suplementares.

O processo de submissão e avaliação de artigos encaminhados à Revista é recebido através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revista (SEER). A publicação de um artigo implica a cessão integral dos direitos autorais à Desafios - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, para divulgação impressa e por meio eletrônico - internet.

A Revista Desafios publica artigos originais e inéditos, referentes à área interdisciplinar, considerando a linha editorial da Revista, tratamento dado ao tema, consistência e rigor. Os artigos deverão lhe ser destinados com exclusividade.

Serão considerados para publicação trabalhos que se enquadrem nas seguintes categorias: artigos, resumo, relato de caso ou experiência.

Os trabalhos deverão ser enviados ao Presidente da Comissão Editorial, via Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que os submeterá ao juízo do Conselho Editorial, para verificação de adequação à política editorial da revista e do cumprimento de exigências normativas. Os artigos serão encaminhados, sem identificação, a no mínimo, dois avaliadores externos. No caso de discrepância avaliativa será enviado a um terceiro parecerista. O nome dos avaliadores será mantido em sigilo.

A Revista, através do editor, notificará o autor principal se o artigo foi aprovado para publicação ou rejeitado. A notificação será acompanhada de cópia do conteúdo dos pareceres, sem a identificação dos avaliadores.

Recomendações:

MODELO / TEMPLATE: O TEXTO DEVERÁ SER SUBMETIDO NO MODELO DISPONIBILIZADO NESTE LINK - TEMPLATE_2024.

No ato da submissão do manuscrito, os autores deverão encaminhar em um arquivo a parte, a lista de pelo menos 03 (três) nomes de pesquisadores que poderão ser indicados como avaliadores do trabalho e que não possuam conflito de interesse com o artigo submetido.

Normas de Submissão – Revista Desafios

A Revista Desafios, vinculada à Universidade do Tocantins, aceita contribuições inéditas de pesquisadores, docentes, discentes e profissionais, nas áreas de conhecimento afins à sua linha editorial. Os trabalhos submetidos devem seguir rigorosamente as normas abaixo, baseadas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Normas de Submissão – Revista Desafios

1. Diretrizes Gerais

Os textos devem ser inéditos e não estar sob avaliação por outro periódico.

O idioma aceito é o português, inglês e espanhol.

O artigo deve conter entre 12 e 20 páginas, incluindo resumo, referências, tabelas e anexos.

A submissão é exclusivamente por meio eletrônico, via sistema da revista.

Os autores devem estar devidamente identificados apenas no sistema, mantendo-se o anonimato no corpo do texto para garantir avaliação cega.

2. Formatação do Texto

Fonte: Times New Roman, tamanho 11.

Espaçamento entre linhas: 1,5.

Alinhamento: justificado.

Margens: 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita).

Parágrafos: recuo de 1,25 cm na primeira linha.

Títulos e subtítulos: numerados com algarismos arábicos (ex: 1, 1.1, 1.1.1), negrito, sem caixa alta. Não utilizar sublinhado ou itálico em títulos.

Notas de rodapé: apenas explicativas, com fonte Times New Roman 10, numeradas sequencialmente.

3. Estrutura do Artigo

O artigo deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

1. Título do trabalho (em português, inglês e espanhol)
2. Resumo: entre 150 e 250 palavras, seguido de 3 a 5 palavras-chave.
3. Abstract: versão do resumo em inglês, seguido de keywords.
4. Resumen: versão em espanhol, seguido de palabras-clave
5. Introdução
6. Material e Métodos (ou Metodologia)
7. Resultados e Discussão
8. Considerações Finais (ou Conclusão)
9. Referências
10. Anexos ou Apêndices (se houver)

4. Citações e Referências

As citações e referências devem seguir as normas da ABNT NBR 10520 (citações) e NBR 6023 (referências).

Citações diretas curtas (até 3 linhas): no corpo do texto, entre aspas duplas.

Citações diretas longas (mais de 3 linhas): em parágrafo próprio, com recuo de 4 cm, fonte tamanho 10, sem aspas.

Citações indiretas: indicadas com o sobrenome do autor e ano entre parênteses.

Exemplo de citação: (SILVA, 2020, p. 35)

Exemplo de referência bibliográfica:

SOBRENOME, Prenomes. *Título do livro em itálico*. Edição. Local: Editora, ano.

SOBRENOME, Prenomes. *Título do artigo*. Nome da Revista em itálico, cidade, v. x, n. y, p. z-z, mês. ano.

5. Imagens, Tabelas e Gráficos

Devem estar inseridos no corpo do texto, numerados e titulados conforme a ABNT.

Fonte das figuras e tabelas deve ser indicada logo abaixo, em fonte 10.

Tabelas devem seguir a norma ABNT NBR 12225.

6. Avaliação

Todos os trabalhos serão submetidos à avaliação por pares (double blind review). A decisão editorial será informada ao(s) autor(es) por e-mail.

7. Declarações e Responsabilidades

O conteúdo dos textos é de inteira responsabilidade dos autores.

É exigida declaração de originalidade e cessão de direitos autorais no momento da submissão.

Trabalhos com plágio serão recusados sumariamente.

Taxas

Nenhuma taxa é cobrada no processo de submissão. A Revista Desafios é um periódico universitário totalmente gratuito.

Artigos

Os artigos publicados são originais, uma contribuição de caráter acadêmico e/ou técnico-científico destinada a divulgar resultados de pesquisa científica, de natureza empírica ou conceitual.

Entrevista

As entrevistas são publicadas com o objetivo de divulgar temas e/ou conteúdos de interesse, dentro das cinco áreas de concentração da revista, dentro de um enfoque interdisciplinar.

Resenhas

As resenhas são uma análise crítica sobre livro publicado nos últimos 3 anos.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

1. Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License (CC BY-NC 4.0), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
2. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
3. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto posterior ao processo editorial.
4. Além disso, o AUTOR é informado e consente com a revista que, portanto, seu artigo pode ser incorporado pela DESAFIOS em bases e sistemas de informação científica existentes (indexadores e bancos de dados atuais) ou a existir no futuro (indexadores e bancos de dados futuros), nas condições definidas por este último em todos os momentos, que envolverá, pelo menos, a possibilidade de que os titulares desses bancos de dados possam executar as seguintes ações sobre o artigo:
 - a. Reproduzir, transmitir e distribuir o artigo, no todo ou em parte sob qualquer forma ou meio de transmissão eletrônica existente ou desenvolvida no futuro, incluindo a transmissão eletrônica para fins de pesquisa, visualização e impressão;
 - b. Reproduzir e distribuir, no todo ou em parte, o artigo na impressão.
 - c. Capacidade de traduzir certas partes do artigo.

- d. Extrair figuras, tabelas, ilustrações e outros objetos gráficos e capturar metadados, legendas e artigo relacionado para fins de pesquisa, visualização e impressão.
- e. Transmissão, distribuição e reprodução por agentes ou autorizada pelos proprietários de distribuidoras de bases de dados.
- f. A preparação de citações bibliográficas, sumários e índices e referências de captura relacionados de partes selecionadas do artigo.
- g. Digitalizar e / ou armazenar imagens e texto de artigo eletrônico.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.